



## COMPROVANTE DE ABERTURA

Processo: Nº 9692/2024 Cód. Verificador: F1E04709

**Requerente:** 163120 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO  
**CPF/CNPJ:** 01.653.199/0001-10  
**Endereço:** RUA DA SUBESTACAO DE ENOLOGIA **CEP:** 83.601-450  
**Cidade:** Campo Largo **Estado:** PR  
**Bairro:** VILA BANCARIA  
**Fone Res.:** (04) 1392-3103 **Fone Cel.:** Não Informado  
**E-mail:** legislativo2@cmcampolargo.pr.gov.br  
**Assunto:** SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
**Subassunto:** GOVERNO - PROTOCOLOS CÂMARA (FLUXO)  
**Data de Abertura:** 22/02/2024 08:46  
**Previsão:** 08/03/2024  
**1º Movimento:**

### Anexos

Comprovante de Abertura.pdf

### Observação

OFICIO 08/2024 - COMISSAO DE JUSTICA E REDACAO - ENCAMINHAMENTO INDICACAO 06/2024

- Para consulta de processos de "Protocolo" pela internet, acesse: [campolargo.atende.net](http://campolargo.atende.net).
- Localize, no portal de serviços, a opção "Cidadão" e na busca serviços "Protocolo".
- Para realização de consultas, tenha em mãos o número e o ano de seu processo, bem como o código verificador, constantes no cabeçalho deste comprovante.
- Seu processo está aberto. Alertamos que o não envio dos documentos necessários suspenderá o trâmite do seu processo até a devida regulação.

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO



## COMPROVANTE DE ABERTURA

Processo: Nº 9692/2024 Cód. Verificador: F1E04709

**Requerente:** 163120 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO  
**CPF/CNPJ:** 01.653.199/0001-10  
**Endereço:** RUA DA SUBESTACAO DE ENOLOGIA **CEP:** 83.601-450  
**Cidade:** Campo Largo **Estado:** PR  
**Bairro:** VILA BANCARIA  
**Fone Res.:** (04) 1392-3103 **Fone Cel.:** Não Informado  
**E-mail:** legislativo2@cmcampolargo.pr.gov.br  
**Assunto:** SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
**Subassunto:** GOVERNO - PROTOCOLOS CÂMARA (FLUXO)  
**Data de Abertura:** 22/02/2024 08:46  
**Previsão:** 08/03/2024  
**1º Movimento:**

### Observação

OFICIO 08/2024 - COMISSAO DE JUSTICA E REDACAO - ENCAMINHAMENTO INDICACAO 06/2024

- Para consulta de processos de "Protocolo" pela internet, acesse: [campolargo.atende.net](http://campolargo.atende.net).
- Localize, no portal de serviços, a opção "Cidadão" e na busca serviços "Protocolo".
- Para realização de consultas, tenha em mãos o número e o ano de seu processo, bem como o código verificador, constantes no cabeçalho deste comprovante.
- Seu processo está aberto. Alertamos que o não envio dos documentos necessários suspenderá o trâmite do seu processo até a devida regulação.

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Ofício CJR nº 08/2024

Campo Largo, 21 de fevereiro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Nos termos do art. 140, §3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conjugado com o art. 35, inciso II da Lei Orgânica do Município, pelo presente encaminhamos a Vossa Excelência a Indicação Legislativa nº 06/2024, cuja Ementa “ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES MEDIANTE CONCESSÃO DE ALVARÁ PROVISÓRIO EM ÁREAS EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A matéria tratada na proposição, cuja iniciativa é da competência do Senhor Prefeito Municipal conforme prevê o art. 67, III e IV da Lei Orgânica do Município foi apresentada na forma de Indicação de Projeto de Lei, tendo opinado as Comissões competentes pela sua recepção e consequente remessa a este Poder Executivo para análise de sua viabilidade.

Aproveito o ensejo para renovar votos de estima e apreço.

Cordialmente,

  
**MÁRCIO BERALDO**  
Presidente da Comissão de  
Justiça e Redação

Excelentíssimo Senhor  
**MAURÍCIO RIVABEM**  
Prefeitura Municipal

RUA SUBESTAÇÃO DE ENOLOGIA, 2008 – CEP 83601-450 – CAMPO LARGO – PARANÁ  
FONE/FAX: (41) 3392-1717

E-mail: [cmcampolargo@cmcampolargo.pr.gov.br](mailto:cmcampolargo@cmcampolargo.pr.gov.br)  
Home page: [www.campolargo.pr.leg.br](http://www.campolargo.pr.leg.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2024**

Campo Largo, 07 de janeiro de 2024.

Assunto: Indicação de Projeto de Lei.

**Súmula:**

"Estabelece critérios para a autorização de construções mediante concessão de alvará provisório em áreas em processo de regularização urbanística e fundiária no Município de Campo Largo e dá outras providências."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, Estado do Paraná, **APROVOU** e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei tem por objeto definir critérios para a autorização de construções em áreas urbanas e periurbanas do Município de Campo Largo que estejam em processo de regularização urbanística e fundiária.

**Art. 2º** Para fins desta Lei, fica instituído:

**I** - Autorização provisória para construção: edificações que atendam todas as licenças e autorizações, atendem a critérios mínimos de segurança, sanidade e sustentabilidade nos termos da lei municipal 3003/2018, que dependam de complementação documental para expedição definitiva do CVCO.

**II** - Regularização fundiária: processo administrativo e jurídico que tem como objetivo integrar áreas informais ao contexto legal, garantindo o direito social à moradia, o desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o cumprimento da função social da cidade.

**Art. 3º** A autorização provisória para construção será concedida mediante:

**RUA SUBESTAÇÃO DE ENOLOGIA, 2008 – CEP 83601-450 – CAMPO LARGO – PARANÁ**  
**FONE: (41) 3392-1717**

**E-mail: [cmcampolargo@cmcampolargo.pr.gov.br](mailto:cmcampolargo@cmcampolargo.pr.gov.br)**  
**Home page: [www.campolargo.pr.leg.br](http://www.campolargo.pr.leg.br)**

59/2024  
4/18  
2/24



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

- I** - Comprovação de entrada no processo de regularização fundiária junto ao Município, usucapião, retificação de área;
- II** - Avaliação técnica que certifique a segurança da edificação;
- III** - Compromisso de adesão às futuras diretrizes urbanísticas definidas no processo de regularização;
- IV** - Compromisso de não expandir ou modificar a construção sem previa autorização durante o período de regularização.

**Art. 4º** O alvará provisório terá validade 24 meses a partir da data de sua autorização, prorrogável por 12 meses, desde que justificado e comprovado o andamento do processo de regularização.

**Art. 5º** Ao término do prazo estabelecido no Art. 4º, sem que a regularização tenha sido concluída, a Prefeitura poderá:

- I** - Prorrogar a autorização, desde que comprovada a evolução do processo de regularização;
- II** - Notificar o proprietário para adequação ou demolição da construção;
- III** - Proceder com as ações legais cabíveis.

**Art. 6º** A Prefeitura de Campo Largo estabelecerá, por meio de regulamento próprio, os procedimentos para solicitação de autorização de construção provisória, bem como a documentação necessária.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Pedro Alberto Barausse**

**Vereador**

**RUA SUBESTAÇÃO DE ENOLOGIA, 2008 – CEP 83601-450 – CAMPO LARGO – PARANÁ**  
**FONE: (41) 3392-1717**

**E-mail: [cmcampolargo@cmcampolargo.pr.gov.br](mailto:cmcampolargo@cmcampolargo.pr.gov.br)**  
**Home page: [www.campolargo.pr.leg.br](http://www.campolargo.pr.leg.br)**





**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**JUSTIFICATIVA**

**PEDRO ALBERTO BARAUSSE**, Vereador que este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, vem com o devido acatamento, a fim de apresentar o **INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI**, a ser objeto de apreciação em Plenário, cuja súmula cria "Estabelece critérios para a autorização de construções mediante concessão de alvará provisório em áreas em processo de regularização urbanística e fundiária no Município de Campo Largo e dá outras providências". Compete ainda, questões relativas há usucapião, retificação de área, tendo em vista que ambos os processos têm tramites que na maioria das vezes tem morosidade impedindo assim a autorização para a construção nas edificações.

" O indicativo legislativo ora apresentado tem como objetivo principal auxiliar aquelas pessoas que possuem imóvel em áreas que passam por processos de regularização urbanística e fundiária, mas que não conseguem construir, ampliar ou reformar as edificações, haja vista necessidade de aguardar o término do processo.

Neste sentido, é importante apontar que a regularização fundiária - por exemplo - é um procedimento moroso em que depende, além da atuação de empresa, de autorizações do próprio Estado, como licenças ambientais. Hoje, durante todo este período, o possuidor que receberá o título de propriedade não pode usufruir do terreno. O mesmo ocorre com situações como de usucapião e retificação de área.

Com a liberação do alvará provisório, o proprietário poderá ter a liberação provisória para realizar benfeitorias. Frisa-se também que o próprio indicativo estabelece os critérios para concessão do alvará provisório, garantindo que sigam as diretrizes estabelecidas já em outras leis.

Assim, diante da relevância e importância do presente projeto, espera-se de Vossa Excelência, pelos fundamentos alinhados, com a sujeição da matéria às comissões competentes, após ser ouvido o Plenário que, no final, seja aprovada a **INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI** em apreço.

Nestes Termos

P.Deferimento

Campo Largo, 07 de janeiro de 2024.

**Pedro Alberto Barausse**

Vereador

**RUA SUBESTAÇÃO DE ENOLOGIA, 2008 - CEP 83601-450 - CAMPO LARGO - PARANÁ**  
**FONE: (41) 3392-1717**

E-mail: [cmcampolargo@cmcampolargo.pr.gov.br](mailto:cmcampolargo@cmcampolargo.pr.gov.br)

Home page: [www.campolargo.pr.leg.br](http://www.campolargo.pr.leg.br)



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

De: Setor Legislativo

Para: Departamento Jurídico

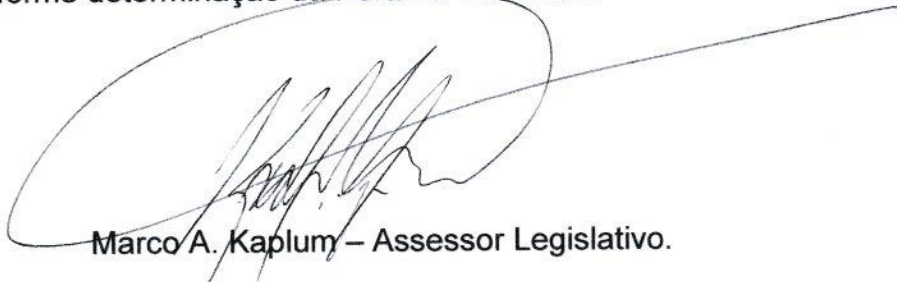
## DESPACHO INICIAL

Conforme disposição regimental, especialmente quanto ao disposto nos artigos 121, §1º; 122, §1º; E 118 do regimento Interno desta Câmara Municipal, bem como as disposições constantes na Portaria 113/2023, e em cumprimento ao fluxograma estabelecido pela Presidência, este Setor Legislativo informa que:

Procedemos a análise preliminar do presente, quanto à existência de proposição similar, quer seja em trâmite, arquivada ou revogada. Sendo considerada idêntica, a matéria de igual teor ou ainda aquela que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências.

Ainda em análise prévia, **não foi verificada** identidade ou semelhança com proposição apresentada anteriormente.

Não havendo óbice à tramitação do presente, encaminha-se o Projeto ao Departamento Jurídico, para análise e apresentação de Parecer Jurídico Prévio ao Recebimento conforme determinação da Portaria 113/2023.



Marco A. Kaplum – Assessor Legislativo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**PARECER LEGISLATIVO PRÉVIO**

**INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº:** 06/2024

**INICIATIVA:** Poder Legislativo Municipal

**VEREADOR:** Pedro Barausse

**PROCESSO Nº:** 59/2024

**PARECER Nº:** 17/2024

**EMENTA:** ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES MEDIANTE CONCESSÃO DE ALVARÁ PROVISÓRIO EM ÁREAS EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO.

**1. Síntese da Proposição Legislativa**

Trata-se de proposição de autoria do Nobre Vereador Pedro Barausse, a qual estabelece critérios para a autorização de construções mediante concessão de alvará provisório em áreas em processo de regularização urbanística e fundiária no Município de Campo Largo.

Protocolada a proposição no dia 09/02/2024 e atendendo ao disposto no art. 3º da Portaria 113/2023, nos termos do art. 118 do Regimento Interno, a proposição foi encaminhada para instrução, onde serão abordados os aspectos jurídicos, de técnica legislativa e de redação da proposição legislativa, bem como apontará sugestão de comissões para tramitação da proposta, da forma a seguir exposta.

É o relatório.

**2. Identidade e Semelhança**

Conforme disposto no § 3º do art. 121 do Regimento Interno, deve ser arquivada pela Presidência ou pela Comissão de Redação e Justiça, a proposição





**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

com matéria idêntica e, no caso de semelhança, a proposição posterior deve ser anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes, nos termos do § 4º do mesmo artigo.

Considera-se “idêntica” a matéria de igual teor ou ainda aquela que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências, e “semelhante” a matéria que, embora diversa na forma e nas consequências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

De acordo com o § 1º do art. 122, será inadmitida a tramitação de proposição que verse sobre “matéria vencida”, assim entendida: aquela idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada, ou aquela cujo teor tenha sentido oposto ao de outra, já aprovada.

No caso de matéria que tenha sido rejeitada em Plenário, admite-se novo projeto no mesmo período legislativo, condicionado, todavia, à iniciativa da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Do exposto extrai-se a inexistência de óbice à regular tramitação da proposição, que deve ser objeto de análise pela comissão permanente competente para apreciar a admissibilidade.

### **3. Técnica Legislativa**

As proposições legislativas, de acordo com o art. 117 e 118, ambos do RI, devem ser articuladas segundo a técnica legislativa, redigidas com clareza e em termos explícitos e sintéticos, que não contrarie normas constitucionais, legais, regimentais, e que não sejam genéricas.

A forma de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, está prevista no parágrafo único do art. 59, da Constituição Federal (CF). Nesse sentido também vige a Lei Complementar Federal nº 95/1998 (LC nº 95/98) como norma de regência da ciência Legislativa.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Cumpra-se informar que a proposição em exame, em primeira análise, está adequadamente redigida inexistindo óbice à sua tramitação.

#### **4. Considerações**

A Indicação de Projeto de Lei vem acompanhado de justificativa a qual informa que a proposição tem como objetivo principal auxiliar aquelas pessoas que possuem imóvel em áreas que passam por processos de regularização urbanística e fundiária, mas que não conseguem construir, ampliar ou reformar as edificações, haja vista necessidade de aguardar o término do processo.

Quanto à sua iniciativa, a proposição em exame tem suporte legal no art. 30, inciso I da Constituição Federal, o qual dispõe que o Município tem competência para legislar sobre assuntos locais e suplementar a legislação federal e estadual no que lhe couber. Vejamos:

**Art. 30.** Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Desta forma, feitas as considerações que se julgam necessárias e cabíveis, há o entendimento de que a proposição está cumprindo com as formalidades constitucionais quanto ao processo legislativo.

Cumpra-se ainda salientar que a Indicação de Projeto de Lei é sujeita ao crivo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### **5. Comissões competentes**

As proposições, antes de serem submetidas ao Plenário para deliberação do mérito legislativo, em regra, devem ser submetidas a parecer das Comissões Permanentes como determina o art. 123, RI.

A repartição de competências das Comissões Permanentes é definida no Art. 42, RI, sendo vedada a manifestação sobre matéria alheia àquelas definidas



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
ESTADO DO PARANÁ

regimentalmente. Incumbe ao Setor Legislativo sugerir, sem caráter vinculante, a tramitação da proposta pelas Comissões Permanentes, sendo, no presente caso, competente a seguinte Comissão: 1) Justiça e Redação.

**6. Conclusão**

Com estes fundamentos, OPINA-SE pela CONSTITUCIONALIDADE e consequente admissibilidade da Indicação de Projeto de Lei enunciada, restando a matéria apta para ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis, nos moldes expostos.

THAÍS VIEIRA BORGES DOS SANTOS  
Assessora Legislativa  
Câmara Municipal de Campo Largo – PR

De acordo,

EMANUELY WOISKI TEIXEIRA  
Diretora Jurídica  
Câmara Municipal de Campo Largo – PR  
OAB/PR 61.549



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## PARECER

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Matéria:** Indicação de Projeto de Lei nº 06/2024.

**Data:** 21 de fevereiro de 2024.

**Autoria:** Poder Legislativo

**Súmula:** "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES MEDIANTE CONCESSÃO DE ALVARÁ PROVISÓRIO EM ÁREAS EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO."

### RELATÓRIO

De autoria do Vereador Pedro Alberto Barausse, a Indicação de Projeto de Lei nº 06/2024, estabelece critérios para a autorização de construções mediante concessão de alvará provisório em áreas em processo de regularização urbanística e fundiária no Município de Campo Largo.

Cita o autor em sua justificativa, que o objetivo da indicação é auxiliar àqueles que possuem imóvel em áreas que passam por processos de regularização urbanística e fundiária, mas que não conseguem construir ou ampliar por não possuírem os documentos solicitados para emissão de alvará de construção.

Sendo assim, a presente indicação encontra-se nesta Comissão, em atendimento às normas regimentais que disciplinam sua tramitação, ficando sob a responsabilidade desta Relatoria, exarar parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade.

É o relatório.

### PARECER

A matéria é de competência desta comissão para elaboração do referido parecer, nos termos do artigo 42 e seguintes do Regimento Interno, desta Câmara de Vereadores e conforme o que rege o artigo 140, que diz:

Art. 140 - Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público, podendo ser convertida em projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo observada a respectiva

1





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

competência, sendo recebida pela Mesa será encaminhada à Comissão competente, que emitirá parecer nos prazos regimentais.

Quanto à sua iniciativa e competência, a proposição tem amparo no Art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência do Município para legislar sobre o interesse local, vejamos:

Art.30 Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

II – Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

À análise da matéria, denota-se a intenção do autor em auxiliar no cumprimento do que traz a Constituição Federal, em seu artigo 6º, dos direitos sociais, conforme se verifica:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

E ainda, atender ao disposto na Lei Orgânica Municipal, no que tange à competência comum entre os entes da federação:

Art. 11 É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (NR)

(...)

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; (NR)

E por fim, analisando a técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001, a proposição merece prosperar.

## CONCLUSÃO

Em face do exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, a Indicação de Projeto de Lei n.º 06/2024 reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídica e de boa técnica legislativa e, portanto, merece prosperar.

Por isso, vota-se pela sua aprovação.

## RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

A Comissão competente, em reunião realizada no dia 21 de fevereiro de 2024, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, portanto, pela **ADMISSIBILIDADE** da Indicação de Projeto de Lei nº 06/2024.

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

  
**MÁRCIO BERALDO**  
Presidente

  
**SARGENTO LEANDRO CHRESTANI**  
Relator

  
**ALEXANDRE GUIMARÃES**  
Membro

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
DEPARTAMENTO DE URBANISMO**

**PROCESSO:** 61715/2023

**REQUERENTE:** Pedro Alberto Barausse

**ASSUNTO:** Projeto de Lei para Alvará Provisório em áreas de REURB.

**INFORMAÇÃO**

Em atenção ao constante no Processo Administrativo nº 61.715/2023, onde o Sr. Vereador Pedro Alberto Barausse solicita a realização de um estudo sobre um projeto de lei, que visa estabelecer critérios para a autorização de construções mediante concessão de alvará provisório em áreas em processo de regularização urbanística e fundiária no Município de Campo Largo, este Departamento de Urbanismo, no uso de suas atribuições, faz as considerações que seguem:

É regulamentado, através da Lei Municipal nº 3.003/2018 e atualizações e do Decreto Municipal nº 323/2022, a necessidade da apresentação do Registro de Imóveis atualizado referente ao Imóvel indicado para a construção da edificação, tendo em vista que as áreas que estão em processo de Regularização Fundiária não possuem suas matrículas individualizadas, não é possível realizar a análise para aprovação.

Haja vista que os imóveis que estão em processo de REURB não possuem seus limites de lotes, atingimentos, traçados de vias, diretrizes viárias, entre outros, definidos, não é possível realizar a análise quanto ao Uso e Ocupação do Solo, conforme determinações da Lei Municipal nº 3.001/2018 e atualizações, sendo assim, não é garantido que o projeto apresentado para a aprovação atende integralmente as legislações pertinentes.

Considerando ainda que a construção de edificações são objetos permanentes e de difícil adequação, em caso de negativa no processo de Regularização Fundiária, e também que o Alvará de Construção é um documento expedido pelo órgão municipal que garante que a obra está de acordo com a legislação vigente e que construção pode ser iniciada, **a Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbanos posiciona-se desfavorável ao Projeto de Lei apresentado.**

Era o que tínhamos a informar.

Aproveito a oportunidade para apresentar expressões de estima e consideração.

Vistas ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
DEPARTAMENTO DE URBANISMO**

Campo Largo, 10 de Janeiro de 2024.

---

**Victoria Martini Coltro**

Diretora do Departamento de Urbanismo  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano  
Prefeitura Municipal de Campo Largo

---

**Juares Pianesser Carvalho**

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano  
Prefeitura Municipal de Campo Largo



Campo Largo, 22 de fevereiro de 2022

**Processo Adm. nº 9692/2024**

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, e considerando os termos do **ofício CJR nº 08/2024**, encaminhado pelo Senhor Presidente da Comissão de Justiça e Redação, Vereador Márcio Beraldo, o qual dispõe sobre a concessão de alvarás provisórios, pelo qual, venho por meio deste, informar que referida matéria foi objeto de anterior análise por meio do **expediente adm. nº 61715/2023** encaminhado pelo Senhor Vereador Pedro Alberto Barausse, pelo qual se traz conhecimento por meio do documento *anexo* ao presente.

Por sua vez e importante destacar, que em seus termos, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano ratifica as informações posicionando-se desfavorável ao respectivo projeto, uma vez que fere dispositivos inseridos no arcabouço regulador regente pelo Plano Diretor Integrado aprovado no ano de 2018.

Por fim, munido das informações, encaminha-se à Secretaria Municipal de Governo para conhecimento, que de acordo com sua oportunidade e conveniência, possam manifestar-se quanto a presente indicação.

Atenciosamente,

*Juares Pianesser Carvalho*  
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária

Ilma. Senhora  
*Christiane Barbosa Pianaro Chemin*  
Secretária Municipal de Governo





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

Campo Largo, 26 de fevereiro de 2024

Senhor Presidente,

Pelo presente, em resposta ao ofício nº 06/2024, e Indicação de Projeto de Lei dessa Egrégia Casa de Leis, encaminha-se resposta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Esperando ter dado atendimento a contento quanto às informações solicitadas, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente;

**Maurício Rivabem**  
**Prefeito**

**Ilmo. Senhor**  
**Márcio Beraldo**  
**Presidente da Comissão de Justiça e Redação**  
**Campo Largo – Pr**

Av. Padre Natal Pigato, 925 - Vila Elisabeth Campo Largo - PR, 83607-240 - Telefone: (41) 3291-5000.